

## A ECONOMIA ANTIGA: PERSPECTIVA DE UM DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Helton Lourenço Carvalho<sup>52</sup>

### RESUMO

A proposta deste artigo é apresentar algumas perspectivas historiográficas sobre a economia antiga. A história da historiografia sobre a economia antiga nos remete a controvérsia entre primitivistas e modernistas que se consolidou entre o final do século XIX e início do século XX na Alemanha. Contudo, no final do século XX debate muda de direção de forma a compreender os processos de integração econômico no mar Mediterrâneo em vista do processo de globalização e o neo-institucionalismo econômico que pretende compreender as transformações na economia antiga dentro dos padrões institucionais do mundo antigo.

**Palavras-chaves:** primitivistas; modernistas; economia antiga; Mediterrâneo.

### ABSTRACT

The proposal of this article is to present some historiographical perspectives about the ancient economy. The history of historiography about ancient economy reminds us of the controversy between primitivists and modernists that was consolidated between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century in Germany. However, at the end of the twentieth century the debate changes direction in order to understand the processes of economic integration in the Mediterranean Sea in view of the process of globalization and economic neo-institutionalism that seeks to understand the transformations in the ancient economy within the institutional patterns of the ancient world.

**Keywords:** primitivists; modernists; ancient economy; Mediterranean.

---

<sup>52</sup> É mestrando em História na Universidade Federal de Ouro Preto cujo tema de pesquisa é Escravidão e Política nos tratados de agronomia latina com bolsa institucional da mesma universidade e orientado pelo Prof. Dr.<sup>o</sup> Fábio Duarte Joly.

A história da historiografia sobre a economia antiga nos remete a um intenso debate iniciado no final do século XIX na Alemanha. Este debate se consolidou no interior da constituição da Escola Histórica Alemã e da Escola Jurídica. Este debate ficou conhecido pelas disputas metodológicas entre o modelo modernista e o modelo primitivista. Os primitivistas acreditavam no caráter subdesenvolvido da economia antiga enquanto modernistas alegavam ter a economia antiga um momento de desenvolvimento capitalista análogo ao do mundo moderno.

Entre os principais representantes da corrente primitivista estão Karl Rodbertus<sup>53</sup> e Karl Bücher.<sup>54</sup> Para Karl Rodbertus, a economia antiga era caracterizada pela unidade doméstica de produção, o *oikós*. Desta forma, toda a atividade produtiva era voltada para autossuficiência interna. Já Karl Bücher preocupado com a questão da economia nacional elaborou uma teoria do evolucionismo que “se dividia em três estágios: economia doméstica fechada, economia urbana e economia nacional” (CARVALHO, 2011, p. 46). Esta sucessão se apresentava da seguinte forma. A economia antiga era baseada na economia doméstica, como previa Rodbertus; em seguida, ter-se-ia uma economia urbana, predominante no período medieval, e que era resultado da combinação de uma economia doméstica com a produção em pequena escala, voltada para o consumo citadino, e, por fim, a economia nacional moderna, vinculada a um complexo sistema de trocas.

Entre os principais representantes da corrente modernista estão Eduard Meyer e Mikhail Rostovzeff. Eduard Meyer<sup>55</sup> publicou em 1895 uma defesa em favor do caráter

---

<sup>53</sup> Karl Rodbertus (1805-1875) publicou em 1865 um artigo intitulado a História sobre a tributação de Augusto “*Zur Geschichte der Römischen Tributsteuern seit Augustus*” (1865-1867) (*Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*).

<sup>54</sup> Karl Bücher (1847-1930) publicou o livro intitulado O nascimento da economia nacional em 1893 (*Die Entstehung der Volkswirtschaft: Vorträge und Aufsätze*).

<sup>55</sup> Eduard Meyer (1855-1930) publicou em 1895 o livro intitulado A evolução econômica da Antiguidade (*Wirtschaftliche Entwicklung des Altertums*).

moderno da economia antiga, refutando a teoria evolucionista do *oikós*. “Aliás, Meyer utilizava sem ressalvas termos como fábrica, e simplesmente comparava os escravos a operários modernos” (JOLY, 2010, 39). Do mesmo modo, Herman Gummerus<sup>56</sup> também discordava do modelo proposto por Karl Rodbertus de que o “*oikos*” era o modelo predominante de economia no mundo antigo (JOLY, 2003, p. 284):

Na opinião de Gummerus, os dados fornecidos pelos agrônomos latinos permitiam refutar essa imagem, uma vez que em suas obras mencionam outras formas de exploração do trabalho além da escravidão e apresentam a propriedade agrícola não como um espaço fechado em si mesmo, mas em íntima conexão com centros urbanos de produção que comerciavam produtos que essas propriedades não podiam fabricar.

Outro representante do modelo modernista foi o russo Mikhail Rostovzeff. Para este autor, o processo de expansão romana no Mediterrâneo possibilitou o desenvolvimento e o intercâmbio entre Roma e suas províncias formando um quadro complexo de trocas culturais e mercantis de modelo capitalista. Tal complexidade se tornou visível a partir do principado de Augusto com a chamada *pax romana*. Entretanto, o desenvolvimento das regiões provinciais influenciou diretamente o declínio cultural e econômico do Império Romano, transformando as províncias de consumidoras em concorrentes diretas da cidade de Roma (ROSTOVZEFF, 1967, p. 249).

A causa dessa degeneração deve ser procurada na difusão da produção já mencionada. As províncias produziam em massa, a

---

<sup>56</sup> Herman Gummerus (1877-1948) publicou sua tese de doutorado em 1906 orientada por Eduard Meyer intitulado *A propriedade agrícola Romana como um organismo econômico das obras de Cato, Varro e Columella (Der römische Gutsbetrieb als wirtschaftlicher Organismus nach den Werken des Cato, Varro und Columella)*.

baixo preço para atender suas necessidades. Assim, os artigos melhores e mais caros foram saindo de mercado, e as fábricas e oficinas em países exclusivamente industriais, que vendiam facilmente sua produção em tempos antigos, passaram a inatividade.

Somado a isto, Rostovzeff postulava que os ideais culturais e políticos das elites romanas foram reproduzidos entre as elites provinciais, e, que combinado com a crise de reprodução da elite aristocrática romana decorrente das guerras civis e da crueldade dos imperadores, teria fortalecido o processo de fragmentação do império uma vez que as províncias se tornavam cada vez mais independentes, econômica e politicamente do poder da cidade de Roma.

Outro representante deste debate é Max Weber. Entretanto, este sociólogo alemão procurou estabelecer um ponto de equilíbrio entre as duas correntes. Por um lado Weber não rejeitava a teoria do *oikós* postulada por Karl Rodbertus, mas também não rejeitava a presença do capitalismo no mundo antigo. No entanto, ressaltava que o capitalismo antigo era essencialmente político e não econômico e que, diferente da economia industrial moderna, a economia antiga era, sobretudo, agrária. Para este autor, o capitalismo na Antiguidade estava ligado à iniciativa privada que permitia à aristocracia estabilidade política, uma vez que a economia monetária era dependente da especulação baseada na propriedade privada de terras. Para Weber (1994, p. 184-185), a racionalidade econômica do mundo antigo estava ligada a um modelo específico de apropriação do solo:

Segundo o cálculo de Columella, o gasto de mudas e todos os demais desembolsos necessários para a plantação de um vinhedo devia custar, por jugada, o dobro do valor do terreno. Por outro lado, não era necessário um número maior de camponeses, mais ainda, segundo as cifras de Columella e Catão, era preciso um número menor do que para a gleba de igual extensão mas cultivada com cereais.

Neste sentido, a aquisição de uma propriedade deveria permitir ao proprietário a produção destinada ao comércio garantindo ao aristocrata prestígio e estabilidade política. O ideal de proprietário estava ligado ao absentismo, o que tornava necessário reformular as relações trabalhistas, combinando assim o trabalho escravo com o trabalho sazonal de camponeses ou de colonos. “Só as grandes fazendas possuíam lagar de vinho e azeite, e tinham, ademais um número fixo de trabalhadores” (WEBER, 1994, p. 185). Weber postulava que o capitalismo na Antiguidade dependia da expansão militar romana que possibilitava a aquisição de novas terras cultiváveis, mão-de-obra escrava e novas redes de integração comercial. Desta forma, o declínio da cultura antiga estava relacionado com o fim do processo de expansão romana transformando a economia monetária em uma economia natural, “desconstruindo a teoria evolucionista de Bücher” (CARVALHO, 2011, p. 57). Deste modo, ressalta Max Weber (2003, p. 51):

Do ponto de vista financeiro, também era vantajoso o monopólio, cada vez maior, de numerosos e lucrativos ramos do comércio e das explorações mineiras. Mas claro está que este sistema impedia a formação de capitais privados e a possibilidade de que se desenvolvesse uma camada correspondente à nossa moderna classe burguesa. E a evolução dessa finança de economia natural foi aumentando conforme o Império ia deixando de ser um conglomerado de cidades que exploravam o campo e cujo centro de gravidade estava na costa e no comércio litorâneo, para se converter num estado que tentava incorporar e organizar regiões interioranas que viviam de sua economia natural.

Deste modo, para Weber o fim da expansão militar romana com Trajano no século II d.C. que ao fechar suas fronteiras a burocracia imperial não teria de onde retirar recursos para pagamento de soldados e funcionários que anteriormente eram retirados do exterior de povos e regiões conquistados mas agora do interior da própria

administração imperial. Para Alexandre Galvão Carvalho (2011) este debate estava relacionado com a constituição da história (*Geschichte*) enquanto uma disciplina autônoma e científica. Desta forma, ao refutar a teoria evolucionista vinculada aos primitivistas, os modernistas procuram, sobretudo, delimitar fronteiras entre o trabalho do historiador e o trabalho do economista (CARVALHO, 2011, p. 50-51):

Essa crítica representava, em primeiro lugar, uma reação às teorias evolucionistas advindas tanto de economistas históricos quanto de historiadores, como por exemplo, Karl Lamprecht, e, em segundo lugar, o desejo dos historiadores profissionais, no caso de Meyer de reafirmar seu “lugar” no campo dos estudos históricos. Eles não aceitaram uma teoria formulada por um economista, que estabelecia estágios econômicos para longos períodos temporais, sem considerar as diversidades dos fatos históricos contidos nos períodos. Na verdade, o rigor da teoria evolucionista de Bücher serviu para reafirmar as fronteiras entre a História e as outras ciências da cultura.

Contudo, no decorrer do século XX o debate sobre o mundo antigo que era essencialmente econômico em decorrência do “contato e discussões com as ciências sociais mudou de direção – mais de uma vez – a partir da década de 1930, sob novas influências: do estruturalismo linguístico e antropológico, da demografia, da Escola de Chicago (CARDOSO; BRIGNOLI, 2002, p.24). Sendo assim, enquanto as pesquisas do final do século XIX e início do século XX buscavam compreender a escravidão, sobretudo, do ponto de vista econômico, a partir destas novas perspectivas a escravidão passou a ser problematizada através de suas relações sociais e culturais. Isto levou a historiografia a repensar as formas de integração da escravidão na sociedade antiga.

Importantes trabalhos foram desenvolvidos a partir destas novas interpretações. Entre alguns dos principais trabalhos estão os de Joseph Vogt que publicou entre muitos outros livros *Ancient Slavery and the Ideal of Man (Sklaverei und Humanität: Studien zur*

*antiken Sklaverei und ihrer Erforschung*) de 1965, os trabalhos de Orlando Patterson, que publicou *The Sociology of Slavery* em 1967 e *Escravidão e Morte Social: um estudo comparativo (Slavery and Social Death)* em 1982 e o trabalho de David Brion Davis que publicou *O Problema da Escravidão na Cultura Ocidental (The Problem of Slavery in Western Culture)* em 1966.

Moses Finley, historiador norte-americano da segunda metade do século XX, é outro importante expoente deste debate. A partir da década de 1980 o círculo de pesquisadores que se formou em volta deste historiador ficou conhecido como a “escola de Cambridge”. Entre seus principais representantes estão Richard Saller, Peter Garnsey e Andrew Wallace Hadrill. Para Finley (1986, p. 169), a racionalidade antiga era aquisitiva e não produtiva como no mundo moderno. Sendo assim, a racionalidade econômica dos antigos correspondia diretamente à base material antiga, ou seja, baseada na racionalidade de um mundo agrário. Logo, eram as condições mentais que determinavam o desenvolvimento econômico, e não o mercado por si só, o que o levou a caracterizar a integração no mar Mediterrâneo como uma unidade política e não econômica. “Mas essa ideia de um mundo antigo permanentemente “desconectado” é negada pela própria documentação. As localidades ao longo do mediterrâneo não permaneceram imutáveis ao longo dos séculos” (GUARINELLO, 2014, p. 53).

Para Finley, a racionalidade dos antigos estava relacionada às disputas individuais por honras e status no interior de cada *ordo*, em outras palavras a competição interpessoal tinha como objetivo alcançar uma posição de prestígio no interior de cada um dos grupos sociais. Deste modo, Finley ressaltava que os antigos “ainda não tinham aprendido a fazer uma equação simples entre moralidade e lucros” (1986, p. 168). Nesta mesma esteira de interpretação, Richard Saller e Peter Garnsey definiram a economia antiga como subdesenvolvida. “Isto significa basicamente que a massa da população vivia em ou perto do nível de subsistência” (SALLER; GARNSEY, 1987, p.71). O que pretendia Finley era avaliar a economia antiga a partir de uma

perspectiva não comparada com o mundo moderno. Sendo assim, “nenhum modelo de investimento moderno se pode aplicar às preferências dos homens que dominaram sociedade antiga” (FINLEY, 1986, p. 27). Outro representante importante deste debate foi Andrea Carandini. Para este historiador italiano, a economia romana era resultado da combinação de uma produção para autossuficiência interna e uma produção voltada para o mercado. “As esferas do mercado e da autarquia, desta forma se combinariam de modo original, como as duas metades inseparáveis do próprio processo de produção escravista” (GUARINELLO, 1994-1995, p. 274). Neste sentido, afirma Carandini (1983, p. 196):

O dominus aparece, portanto, como um pater familias para o setor natural, enquanto que para o sector monetário ele é um dominus, um empreendedor. Os aspectos empresariais prevalecem quando, como em muitas vezes, o primeiro setor é subordinado ao segundo, o único para o qual o cálculo do capital é possível

Portanto, o debate desenvolvido na segunda metade do século XX, salvo suas importantes contribuições, reatualizaram a querela entre primitivistas e modernistas. Desta forma, enquanto o neoprimitivistas vinculados à escola de Cambridge consideravam que a economia antiga estava relacionada às condições mentais específicas do mundo antigo afirmando assim, a incompatibilidade da escravidão com um sistema econômico de tipo capitalista, os neomodernistas ligados ao marxismo italiano consideravam que a produção nas *uillae* eram “o verdadeiro motor da economia romana entre os séculos II a.C. e II d.C., introduzindo novas formas de cooperação e especialização do trabalho escravo e voltando-se decididamente para a produção mercantil destinada, sobretudo, aos mercados do Ocidente romano” (GUARINELLO, 1995/1994, p. 273; *apud* JOLY, 2003, p. 285).

Por um lado, a escola de Cambridge acabou por, consciente ou inconscientemente, reproduzir um discurso elitista ao considerar que a estagnação econômica do mundo romano era decorrente de sua racionalidade econômica atrasada se comparada à racionalidade moderna. Já o marxismo italiano, sobretudo, Andrea Carandini terminou por considerar o tipo ideal de “*uilla* descrita por Catão, Varrão e Columella como reproduções textuais existentes em suas respectivas épocas” (JOLY, 2010, p. 59). No entanto, “ambos os modelos, com efeito, atuam no âmbito de uma visão excessivamente uniforme e restrita da sociedade romana, em particular da sociedade rural, sempre descrita por meio de algumas categorias básicas – senadores, aristocracias municipais e camponeses” (GUARINELLO, 1993, p. 274).

No final do século XX com o processo de globalização e o esfriamento da polarização entre capitalistas e socialistas contribui para criar novas alternativas de compreensão da economia antiga. O que antes era visto como dois modelos divergentes a partir da década de 1990 e início do século XX a economia de subsistência e a economia de tipo comercial e integrada é pensada não como modelos opostos mais complementares em uma ampla rede de interconexão no mar Mediterrâneo em que prevalecem múltiplas culturas, formas de organização social e econômica, sendo que umas são mais hegemônicas em determinados períodos do que outras. Uma das principais contribuições desta perspectiva é a obra *O Mar Corruptor* de Peregrine Horden e Nicholas Purcell que surge como uma alternativa para se repensar a própria história da historiografia do mundo clássico iniciada no final do século XIX e que ao longo do século XX que se concentrou, sobretudo, nas cidades como tendo surgido no Oriente e posteriormente se difundido para o Ocidente. “Seu objeto é a “história humana do Mar Mediterrâneo e sua costa” durante quase três milênio até 1000 d.C.” (HARRIS, 2011, p.78). Sob outra perspectiva, a história antiga em *O Mar Corruptor* o Mediterrâneo é caracterizada como um processo de “conectividade entre micro ecologias”. Ligadas através de redes de redistribuição caracterizadas como fragmentadas, instáveis e

interdependentes. Nesta interpretação o papel dos estados, impérios são reduzidos a eventos dispersos em favor da transitoriedade populacional distribuídas em assentamentos moveáveis. O mesmo acontece com o comércio de luxo, circunscrito a regiões específicas. Por sua vez, a conectividade é estabelecida pelas linhas de visibilidade e audição à medida que a geografia de uma determinada microrregião se conectada com as demais microrregiões. Em *O Mar Corruptor* o quadro teórico é marcado por uma visão interacionista que combina fatores ecológicos e humanos na longa duração do mediterrâneo. Por um lado, o objetivo dos autores é superar uma visão minimalista do mundo antigo como expressam (HORDEN; PURCELL, 2000, p. 146):

Nesta visão minimalista, a grande maioria de povos mercantil do antigo Mediterrâneo estava envolvida em uma agricultura essencialmente autossustentável que criava pouco excedente e pequena demanda agregada. Os custos de transporte eram criticamente altos, a tecnologia estava estagnada. Tal comércio inter-regional como se tratava principalmente de luxos para a pequena elite aristocrática, embora de vez em quando tivesse uma economia de comando que fornecesse grampos a alguns centros favorecidos.

Esta visão minimalista de mundo estática geralmente associada à Moses Finley e a corrente interpretativa posteriormente conhecida como primitivista, ressaltava a inexistência de uma rede de comércio na antiguidade integrada, sobretudo, através do comércio de luxo. Para os primitivistas a integração no mundo antigo é política e não econômica. De maneira oposta, para Horden e Purcell ocorre uma integração. Entretanto, a regra é a navegação de cabotagem circunscrita às regiões litorâneas que por sua vez dependem de fatores geográficos e climáticos. Por outro lado, eles alegavam que a integração do Mediterrâneo não é análoga ao do mundo moderno como estimava Mikhail Rostovtzeff e a corrente modernista que salientava as semelhanças entre o mundo antigo e moderno. Deste modo, para Horden e Purcell o que é característico do

Mediterrâneo é a constante interação entre o homem e as múltiplas micro ecologias, em que o objetivo “dos padrões de interação muito variados e detalhados para se chamar de rotas, tem sido enfatizar que os aglomerados e a série de pontos de contato estão mudando constantemente e que o grau de conectividade também é localmente muito variável” (HORDEN; PURCELL, 2000, p. 172).

Contudo, apesar de ser uma obra de fôlego e um importante marco para os estudos sobre o Mediterrâneo, *O Mar Corruptor* não é isento de limites e problematizações. Uma delas está ligada própria delimitação do Mediterrâneo com observa William Harris (2011, p. 78):

Assim, imediatamente identificamos que há um problema de delimitação, um problema acentuado pelo fato de que a história humana do Mediterrâneo nesses 3 mil anos estava intimamente ligada aos centros de poder distantes da costa, na Mesopotâmia, por exemplo, ou no Nilo acima.

Além disso, pouco é avaliado sobre o impacto da cultura islâmica durante o período medieval. Do mesmo modo, a conectividade não está ligada “apenas a 'cabotage', a troca à longa distância, a pirataria e a migração, mas muitas outras formas de movimento humano e não humano, inclusive a difusão das plantas e doenças” (HARRIS, 2011, p. 96). “Conflito, desigualdade e os deslocamentos sociais mal são mencionadas; classe e gênero nem mesmo aparecem no índice do *The Corrupting Sea*” (MORRIS, 2003, p. 42). E por fim como avalia David Abulafia (2014, p. 25) “o livro se concentra fundamentalmente no que acontece em terra firme, mais do que na superfície do oceano em si”.

O livro *O Grande Mar: uma história humana do mediterrâneo* é outra recente contribuição para os estudos sobre o mundo mediterrânico. O Mediterrâneo de David Abulafia é uma história do Mediterrâneo na longa duração. Cronologicamente a

narrativa estende-se de 22000 a.C. a 2010 d.C., ou seja, da pré-história ao mundo contemporâneo. É assim uma “História Global” dos povos que de alguma forma mantiveram uma interação com o Mediterrâneo. Sua narrativa é dividida em seis etapas. Um primeiro Mediterrâneo de 22000 a 1000 a.C., um segundo Mediterrâneo que se estende de 1000 a.C a 600 d.C, o terceiro Mediterrâneo vai de 600 a 1350 d.C, o quarto Mediterrâneo de 1350 a 1830, o quinto Mediterrâneo de 1830 a 1950, e finalmente o último Mediterrâneo de 1950 a 2010, um ano antes de sua primeira publicação.

Para tanto, o objeto se difere das duas obras principais que o antecede: os Mediterrâneos de Braudel e Horden e Purcell. “Se Braudel forneceu o que pode ser chamado de uma história horizontal do Mediterrâneo, buscando capturar suas características pelo exame de uma era particular, este livro tenta fornecer uma história vertical do Mediterrâneo, enfatizando a mudança ao longo do tempo” (ABULAFIA, 2014, p. 26). Depreende-se que Abulafia prioriza uma história na longa duração repleta, não apenas de continuidades, mas de rupturas, transformações e conflitos que embora sejam influenciadas pela geografia e a ecologia, são resultados da ação efetiva do homem na modificação da paisagem, nas alianças políticas e comerciais entre cidades e elites situadas no litoral e no interior das sociedades que interagem com o Mediterrâneo e no cruzamento de inúmeras culturas. É, portanto, o homem o principal agente de uma história conectada. Neste sentido, para Abulafia a unidade mediterrânica está associada ao seu caráter de mutabilidade, não se restringindo a um tipo de integração seja econômica como pretendia os modernistas ou um dado estrutural como queriam os primitivistas. Deste nas palavras de David Abulafia (2014, p. 659-60):

A unidade da história do Mediterrâneo desse modo reside, paradoxalmente, em sua vertiginosa mutabilidade, nas diásporas dos mercadores e exilados, nas pessoas aflitas por atravessar sua superfície o mais rápido possível, não querendo se demorar no mar, sobretudo no inverno, quando viajar era perigoso, como testemunharam os sofridos peregrinos inb

Jubayr e Felix Fabri. (...) Aqueles que cruzam sua superfície dificilmente são típicos das sociedades de onde vieram. Se não são estranhos quando partem, muito provavelmente se tornarão quando entrarem em diferentes sociedades do outro lado das águas, seja como comerciantes, escravos ou peregrinos. Mas a sua presença pode ter um efeito transformador nessas diferentes sociedades, introduzindo algo da cultura de um continente único ao menos na periferia mais exterior de uma outra sociedade.

De fato que mar desempenha um papel importante neste processo ao menos que ele não diminua as interações para além dele. “Na verdade, qualquer privilégio do papel do Mediterrâneo em moldar e definir a interconectividade na antiguidade deve ser confrontado com a evolução igualmente importante e não menos complexa das comunicações terrestres e da interação no período” (HITCHNER, 2009, p. 432).

Já século XX o economista Peter Temin se propôs a compreender a economia antiga, sobretudo a economia romana do Alto Império Romano a partir de padrões que são essencialmente matemáticos, ligados a *New Economic History*. Contra a perspectiva de Finley, para Peter Temin a economia romana do Alto Império era uma economia de mercado, livre e interligada como ressalta (TEMIN, 2009, p. 287):

De um ponto de vista estritamente económico, a característica mais proeminente do Alto Império era o papel relativamente importante desempenhado pelas forças de mercado, especialmente em comparação com a economia medieval que se seguiria. A produção em larga escala e o deslocamento de recursos no Alto Império foi dominado por mercados livres.

Temin reconhece a sua dificuldade uma vez que o padrão de análise da *New Economic History* se apoia em dados concretos que para o mundo antigo são construídos em perspectivas hipotéticas devido à ausência de uma documentação serial. Entretanto, isto não o impede de qualificar o mercado de trabalho livre ou escravo e a circulação de

mercadorias como um tipo de intercambio integrado. O principal problema da análise de Temin é não conseguir se desvincular totalmente de uma análise comparada com o mundo moderno.

Outra perspectiva é o chamado neoinstitucionalismo vinculado à figura de Douglass North (2005) que pretende avaliar a desempenho econômico das sociedades humanas levando em consideração os fatores demográficos, as mudanças institucionais e os conhecimentos acumulados em cada sociedade. No debate sobre a economia antiga esta perspectiva tem analisado as transformações econômicas e técnicas na antiguidade clássica através dos padrões institucionais do mundo antigo de forma a não compreender a economia antiga não como um modelo invertido e de menor desenvolvimento com relação ao mundo moderno.

Nesta perspectiva, Richard Saller (2010) argumenta a favor do crescimento per capita de produção durante o primeiro século de nossa era. Para o autor as causas deste crescimento estão ligadas ao maior investimento e especialização de técnicas de produção e comercialização, intensificação do capital de investimento, maior investimento no capital humano e em sua qualificação e bem estar. E por fim apoiado no neoinstitucionalismo de Douglass North, a estrutura social que permitia e encorajava a inovação e a redução das dificuldades. Igualmente é proposta de Richard Saller, Walter Scheidel e Ian Morris (2007, p. 6), editores da coletânea intitulada *The Cambridge Economic History of the Greco-Roman World* como propõem:

O novo foco no desempenho levanta necessariamente novas questões. A economia antiga não se apoiava apenas em uma pequena elite de luxo; esta elevou os padrões de vida bem acima do nível de subsistência para dezenas de milhões de camponeses e habitantes da cidade. As pessoas viveram mais tempo, comeram melhor, ocuparam casas mais confortáveis e desfrutaram de bens mais numerosos, mais variados e de maior qualidade do que seus antepassados pré-históricos ou

sucessores medievais iniciais. No entanto, eles nunca chegaram perto do avanço pós-mediano ao capitalismo, à industrialização e ao domínio mundial.

Sendo assim, para a vertente neoinstitucionalista o mundo antigo não é um mundo estático e ausente de transformações. Pelo contrário, mudanças ocorrem, inovações técnicas, melhoria na qualidade de vida e no poder aquisitivo marcaram a sociedade mediterrânea entre os séculos II a.C. e II d.C.. Aliás, este crescimento não se restringiu apenas as camadas dirigentes, pelo contrário permitiu diferentes grupos sociais se integrassem neste processo como observam Ian Morris, Richard Saller e Walter Scheidel (2007, p. 11):

Lentas como as melhorias foram, eles elevaram o padrão de vida de pessoas comuns ao redor da bacia mediterrânea e no noroeste da Europa. Se o nível de consumo do camponês típico fosse próximo do mínimo necessário para a subsistência em torno de 800 a.C., por volta de 200 d.C. havia aumentado em pelo menos 25 por cento, e provavelmente mais como 50 por cento. Com certeza, os ganhos foram distribuídos de forma desigual, e a desigualdade de propriedade e distribuição de renda provavelmente aumentou constantemente ao longo do período; Mas em todas as partes do mundo greco-romano, a maioria dos grupos sociais se beneficiou em algum grau.

Esta não é uma perspectiva fácil mas pode ser uma caminho interessante que nos permite compreender as transformações estruturais das sociedades pré-capitalistas de modo particular e sem correr o risco de cair em falsas comparações. Do mesmo modo, seria um erro tentarmos buscar explicações para uma racionalidade econômica, como advertia Marx “à maneira dos economistas que suprimem todas as diferenças históricas e veem em todas as formas de sociedade as da sociedade burguesa” (Marx, 2003, p. 254).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre a economia antiga não é, nunca foi e provavelmente nunca será um debate consensual. Para os economistas as dificuldades de se construir um modelo eficaz está relacionada com a falta de documentação, dados numéricos e quantitativos de forma serial. A nosso ver, esta abordagem parte de uma falsa compreensão da estrutura social como um todo. Se tivesse apenas os dados econômicos e nós faltássemos os dados culturais e sociais igualmente seria impossível compreender a organização da estrutura econômica do mundo antigo, ou de qualquer outra sociedade. O que queremos dizer é que a economia é indissociável das demais estruturas sociais. Igualmente complicado é buscar compreender a economia antiga a partir de generalizações. O mundo antigo é com certeza um mundo muito diverso e longo para ser reduzido a uma única explicação teórica. Alguns produtos como azeite e vinho no mundo greco-romano atingiram mercados mais amplos, o que não eliminou por completo as estruturas locais e as circulações regionais.

Sendo assim, o intuito foi apresentar algumas linhas de debate sobre a economia antiga, perpassando pela constituição do campo de pesquisa no final do século XIX e seus desdobramentos ao longo do século XX e suas perspectivas no atual cenário contemporâneo. Não são as únicas linhas de debate, mas podem contribuir para uma melhor compreensão dos modelos teóricos de análise da economia antiga.

## REFERÊNCIAS

- ABULAFIA, David. **O Grande Mar: uma história humana do mediterrâneo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- CARANDINI, Andrea. *Columella's Vineyards and the Rationality of Roman Economy*. **Opus**, v. 21, 1983, p. 177-202.

- CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os Métodos da História**. 6ª edição. Traduzido por João Maia. São Paulo: Graal, 2002.
- CARVALHO, Alexandre G. (Org.). **A Economia Antiga: História e Historiografia**. Vitória da Conquista: UESB, 2011.
- FINLEY, Moses. **A Economia Antiga**. Porto: Edições Afrontamento, 1983.
- GARNSEY, Peter & SALLER, Richard. **The Roman Empire: Economy, Society and Culture**. Los Angeles: University of California Press, 1987.
- GUARINELLO, N. L. *A economia antiga e a arqueologia rural: algumas reflexões*. **Clássica**, São Paulo, 7/8, 1994/1995, p. 271-283.
- GUARINELLO, N. L. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2013.
- HARRIS, W. V. *O Mediterrâneo e a História Antiga*. **Mare Nostrum**, 2, 2011, p. 2-37.
- HITCHENER, R. Bruce. *The Mediterranean and the History of Antiquity*. In: ERSKINE, Andrew (ed.) **A Companion the Ancient History**. London: Blackwell, 2009.
- HORDEN, P; PURCELL, N. **The Corrupting Sea: A Study of Mediterranean History**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- JOLY, Fábio Duarte. **Libertate opus est. Escravidão, manumissão e cidadania à época de Nero (54 -68 d.C)** Curitiba: Editora Progressiva, 2010.
- JOLY, Fabio Duarte. *Espaço, Poder e Escravidão no De Re Rustica de Columella*. **Revista Brasileira de História**, v. 23, n. 45, p. 281-299, 2003.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 3ª ed. São Paulo. Martins Fontes. 2003.
- MORRIS, Ian. MORRIS, I. *Mediterraneanization*. **Mediterranean Historical Review**, 18.2, 2003, p. 30-55.
- NORTH, D. **Understanding the Process of Economic Change**. New Jersey: Princeton University Press, 2005.
- ROSTOVTZEFF, Mikhail. **História de Roma**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1973.

SALLER, Richard. *Framing the Debate over Growth in the Ancient Economy*. In SCHEIDEL, Walter; REDEN, Sitta von (Ed.) **The Ancient Economy**. New York: Routledge, 2010, pp. 233-250.

SCHEIDEL, Walter; MORRIS, Ian; SALLER, Richard. *Introduction*. In: **The Cambridge Economic History of Greco-Roman World**. New York, Cambridge University Press, 2008.

TEMIN, Peter. La Economía del Imperio Romano. *Revista Europea de Economía Política* Vol. VI, n. 2, Otoño, 2009, pp. 265 a 290.

WEBER, Max. **História Agrária Romana**. São Paulo. Martins Fontes, 1994.